



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 51ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos doze dias do mês de dezembro de 2008, no auditório principal do Arquivo
2 Nacional, na Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a presidência de
3 Jaime Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ foi
4 realizada a quinquagésima primeira reunião ordinária do Plenário do CONARQ,
5 oportunidade em que se realizou uma Sessão Especial sobre Arquivos do Poder
6 Judiciário. Compuseram a Mesa dessa Sessão Especial, além do Presidente do
7 CONARQ: o Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF
8 e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Desembargador José Carlos Schmidt Murta
9 Ribeiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJ/RJ, o
10 Desembargador Alberto Motta Moraes, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do
11 Rio de Janeiro – TRE/RJ e o Juiz Alvaro Ciarlini, Conselheiro do CONARQ e
12 Secretário-Geral do CNJ. Participaram os seguintes Conselheiros: representando o
13 Poder Executivo Federal: Alfredo Tiomno Tolmasquim (titular), do Museu de
14 Astronomia e Ciências Afins (MAST) e João Batista Ferri de Oliveira (titular), do
15 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; representando o Poder Judiciário
16 Federal: Ana Rosa de Sá Barreto dos Santos (suplente), do Tribunal Superior do
17 Trabalho, Virginia Reis da Costa (suplente), do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e
18 Territórios – TJDF e Eloiza Rocha Pereira (suplente), Conselho da Justiça Federal;
19 representando o Poder Legislativo Federal: Antonio Alberto de Carvalho (suplente), do
20 Senado Federal e Lamberto Ricarte Serra Júnior (titular), da Câmara dos Deputados;
21 representando o Arquivo Nacional: Maria Izabel de Oliveira (titular); representando os
22 Arquivos Públicos Estaduais: Maria Tereza Navarro de Britto Matos (titular), do
23 Arquivo Público do Estado da Bahia, Daysi Lúcia Ramos de Andrade (titular), do
24 Arquivo Público do Paraná e Pedro Ferreira de Moura Filho (suplente), do Arquivo
25 Público Estadual Jordão Emerenciano; representando os Arquivos Públicos Municipais:
26 Carlos Roberto Bastos Freitas (titular), do Arquivo Municipal de Campos dos

27 Goytacazes e Gilka Zannin Rosas, da Fundação Arquivo Memória de Santos (titular);
28 representando as Associações Arquivísticas Brasileiras: Clara Marli Scherer Kurtz
29 (titular), da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul e Pablo
30 Soledade (suplente), da Associação dos Arquivistas da Bahia; representando as
31 instituições mantenedoras de curso superior de Arquivologia: Rubens Ribeiro
32 Gonçalves da Silva (titular), da Universidade Federal da Bahia; representando as
33 instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa,
34 preservação ou acesso a fontes documentais: Paulo Knauss (titular), da Associação
35 Nacional de História – ANPUH, Suely Braga da Silva (titular), do CPDOC da Fundação
36 Getúlio Vargas e Solange Balbi Cerveira Reis (suplente), do Centro de Memória da
37 Eletricidade do Brasil. Justificaram suas ausências: Selma Braga Duboc, do Ministério
38 da Saúde; Maria Virginia Moraes Arana, da Universidade Federal do Espírito Santo e
39 Marilza Elizardo Brito, do Centro de Memória da Eletricidade do Brasil. Não
40 compareceram: Zulmira Canário Pope, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
41 Nacional – IPHAN; Francisco Maurício da Paz, do Senado Federal; Laila Monaiar, da
42 Câmara dos Deputados; Maria Esperança de Resende, do Arquivo Nacional; Liliana
43 Alberti Henrichs, do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e Adelina Cruz,
44 do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Abrindo a Sessão, o Mestre de Cerimônia
45 procedeu à leitura da Agenda programada: assinatura do Termo de Cooperação entre o
46 Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional de Arquivos, lançamento do
47 Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário PRONAME,
48 do CNJ e palestra a ser proferida pelo Secretário – Geral do CNJ, Juiz Alvaro Ciarlini,
49 sobre o tema “A Gestão Documental como Estratégia de Aprimoramento da
50 Administração Judiciária”. Dando início à programação, o Mestre de Cerimônia
51 procedeu à leitura de um texto, informando sobre os principais objetivos do
52 PRONAME, quais sejam: a integração dos Tribunais, na padronização e melhoria dos
53 processos de trabalho, e a preservação e divulgação dos documentos de valor histórico.
54 Nesse sentido, a cooperação entre os Conselhos, CONARQ e CNJ, se consolidará com a
55 assinatura do Termo de Cooperação Técnica, que permitirá a realização de estudos
56 específicos para o Judiciário, auxiliando a regulação e padronização das atividades de
57 gestão documental. Antes da assinatura, o Mestre de Cerimônia passa a palavra aos
58 membros da mesa. O presidente do TJ/RJ, Desembargador José Carlos Schmidt Murta
59 Ribeiro agradece ao Ministro Gilmar Mendes pela oportunidade de lançar o PRONAME
60 no Rio de Janeiro. Ressalta a importância da gestão documental para a memória do

61 povo brasileiro e para o exercício pleno da cidadania e para a transparência da gestão
62 pública. O Desembargador Murta Ribeiro lembra que a maioria dos Tribunais Estaduais
63 enfrenta dificuldades para administrar seus acervos, ressaltando a importância do
64 trabalho de profissionais com conhecimento técnico adequado para a gestão e
65 preservação dos acervos. Informa que, em outubro de 2008, o TJ/RJ promoveu o 1º
66 Encontro de Tribunais Estaduais sobre Gestão de Documentos e Arquivos com intuito
67 de promover o debate sobre os problemas e possíveis soluções enfrentados por esses
68 Tribunais, bem como para trocar experiências bem sucedidas nessa área. Falou sobre as
69 inúmeras providências que o TJ/RJ, ao longo dos anos, vem promovendo para a solução
70 desses problemas. Terminada a fala do Desembargador Murta Ribeiro, o presidente do
71 CONARQ diz que a aproximação do CNJ e do CONARQ, extremamente oportuna, vem
72 coroar os quase 15 anos de esforço do CONARQ, sendo este passo importante para a
73 salvaguarda da memória do nosso país. Esclarece que findos os processos judiciais,
74 legislativos e administrativos, o espólio informacional deles resultantes, após um
75 adequado processo de avaliação, passam a integrar o patrimônio documental do nosso
76 país. O presidente do CONARQ agradece ao Ministro Gilmar Mendes a iniciativa da
77 aproximação entre CNJ e CONARQ. Agradece também ao Juiz Ciarlini que tem sido
78 um incansável defensor dessa aproximação. Dando prosseguimento à solenidade, o
79 Ministro Gilmar Mendes cumprimenta os componentes da mesa. Ressalta,
80 acompanhando as palavras do presidente do TJ e do presidente do CONARQ, a
81 importância do tratamento da massa documental do Judiciário. Fala da importância do
82 CNJ e do CONARQ para que, juntos, possam concentrar esforços no sentido de expedir
83 normas com força jurídica e densas do ponto de vista técnico, as quais, certamente, irão
84 possibilitar aos órgãos judiciários a adoção de um adequado tratamento documental.
85 Lembrou, finalmente, que o convênio ora a ser assinado é um dos muitos já celebrados
86 pelo CNJ, o que prova a abertura do CNJ a parcerias que têm como objetivo o bem
87 público. Dando prosseguimento, o Desembargador Alberto Motta Moraes, concorda
88 com as palavras dos oradores que o precederam, enfatizando a necessidade de se
89 preservar o patrimônio documental, como fontes de pesquisa, para as gerações futuras.
90 Em seguida, procede-se ao ato de assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o
91 Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional de Arquivos. O Termo de
92 Cooperação tem por objeto o desenvolvimento de ações integradas com foco na
93 implantação de uma política pública nacional de gestão documental e memória do Poder
94 Judiciário, visando promover proteção especial aos documentos de arquivo; padronizar

95 as práticas e instrumentos de gerenciamento arquivístico, contemplando a harmonização
96 dos prazos de guarda e a destinação final dos documentos de arquivo produzidos e
97 recebidos pelos órgãos do Poder Judiciário, organizar os arquivos e o gerenciamento das
98 informações, reduzindo os custos do gerenciamento dos acervos (judiciais ou
99 administrativos) contribuindo para a modernização da Administração no Poder
100 Judiciário; integrar e promover a cooperação técnica entre os Tribunais de Justiça em
101 questões que envolvam o gerenciamento do acervo arquivístico judicial; propiciar
102 acesso e celeridade no atendimento dos consulentes dos arquivos judiciais, bem como
103 preservar e divulgar os documentos históricos do Poder Judiciário. O Termo de
104 Cooperação foi assinado pelo Presidente do CNJ e pelo Presidente do CONARQ. Após
105 assinatura do Termo de Cooperação, Alvaro Ciarlini inicia sua palestra sobre Gestão
106 Documental como Estratégia de Aprimoramento da Administração Judiciária.
107 Terminada a palestra, abriu-se a sessão para manifestação e perguntas do público
108 presente. Encerradas as perguntas, o Mestre de Cerimônia passa a palavra final para o
109 presidente do CONARQ, que agradece a presença de todos que vieram prestigiar o
110 evento e espera que o mesmo se transforme em um fórum permanente de discussões que
111 possa ser realizado não só na cidade do RJ como em outras cidades do país, com o
112 objetivo de se acompanhar o desenvolvimento e os resultados do trabalho conjunto
113 entre CONARQ e CNJ. A 51ª Reunião Plenária é encerrada.